



PARECER ÚNICO Nº 0463275/2016

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 09346/2012/004/2014	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação	VALIDADE DA LICENÇA: 06 anos	

PROCESSOS VINCULADOS NO SIAM: Outorga	PA COPAM: 06787/2013	SITUAÇÃO: Cadastro efetivado
---	--------------------------------	--

EMPREENDEDOR: Luciano de Oliveira - ME		CNPJ: 00.121.877/0001-30
EMPREENDIMENTO: Bonsucesso Madeira Tratada		CNPJ: 00.121.877/0001-30
MUNICÍPIO: Santa Maria do Suaçuí	ZONA: Urbana	
COORDENADAS GEOGRÁFICA: LAT/Y 18°11'01"	LONG/X 42° 26'12"	
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:		
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL: Rio Doce	BACIA ESTADUAL: Rio Suaçuí Grande	
UPGRH: DO4 – Região da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí		
CÓDIGO: G-03-07-7	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04): Tratamento Químico para Preservação de Madeira	CLASSE 3
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Suzana Marques Claudino		REGISTRO: CRBio: 06271904-D
RELATÓRIO DE VISTORIA: 142/2015		DATA: 24/11/2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR:	MATRÍCULA	ASSINATURA
Vinícius Valadares Moura – Gestor Ambiental (Gestor)	1365375-3	
Henrique de Oliveira Pereira – Gestor Ambiental	1388988-6	
Davi Nascimento Lantelme Silva – Analista Ambiental	1181337-5	
Emerson de Souza Perini – Analista Ambiental de formação jurídica	1151533-5	
De acordo: Juliana Ferreira Maia – Diretora Regional de Apoio Técnico	1217394-4	
De acordo: Gesiane Lima e Silva – Diretora Regional de Controle Processual	1354357-4	



1. Introdução

Com o intuito de dar continuidade à regularização ambiental para o empreendimento Luciano de Oliveira - ME | Bonsucesso Madeira Tratada, MG, o empreendedor Luciano de Oliveira - ME preencheu o Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCEI) em 26/05/2014, a partir do qual foi gerado o Formulário de Orientação Básica Integrado (FOBI) nº 0610708/2014, em 17/06/2014, que instruiu o Processo Administrativo de Licença de Operação.

Após a entrega dos documentos requeridos pelo FOBI, foi formalizado o Processo Administrativo n.º 09346/2012/001/2012 para a atividade de “Tratamento Químico para Preservação de Madeira”, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004. Os parâmetros informados pelo empreendedor enquadram o empreendimento em Classe 3.

A equipe interdisciplinar recebeu o referido processo para análise em 10/08/2015 e realizou vistoria técnica no local do empreendimento, gerando o Relatório de Vistoria Nº S – 142/2015 em 24/11/2015. Durante a vistoria, verificou-se que os equipamentos necessários para o funcionamento do empreendimento encontram-se instalados e aptos a funcionar.

Salienta-se que o empreendimento não operava nem apresentava indícios de operação no momento da vistoria.

Foram solicitadas informações complementares por meio do ofício OF.SUPRAM-LM Nº 445/2015 em 01/12/2015. A documentação solicitada foi entregue no prazo estabelecido.

A análise técnica discutida deste parecer foi baseada nos estudos ambientais apresentados pelo empreendedor e na vistoria técnica realizada pela equipe da Supram Leste Mineiro na área do empreendimento. Conforme Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs juntadas ao processo, devidamente quitadas, tais estudos encontram-se responsabilizados pela profissional:

Tabela 1. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Número da ART	Nome do Profissional	Formação	Estudo
2014/05551	Suzana Marques Claudino	Bióloga	Elaboração do plano de educação ambiental; relatório de cumprimento de condicionantes.
2015/10129	Suzana Marques Claudino	Bióloga	Elaboração de PTRF para intervenção em APP e Cortinamento Arbóreo.

2. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento, localizado na Rua Firmiano Lacerda, nº 670, bairro Cecília Dupin, às margens do Córrego Santa Maria, zona urbana do município de Santa Maria



do Suaçuí/MG. Instalado em imóvel de 3.000m², sendo 536,47m², área de preservação permanente de curso d'água e brejo, ocupado por cobertura vegetal.

O empreendimento, caracterizado como Microempresa, está localizado, aproximadamente, 350Km de Belo Horizonte, às margens da Rodovia MG-120, no ponto de coordenadas SAD69 Lat. -18° 10' 35.31" e Long. -42° 24' 55.48" (Figura 1).

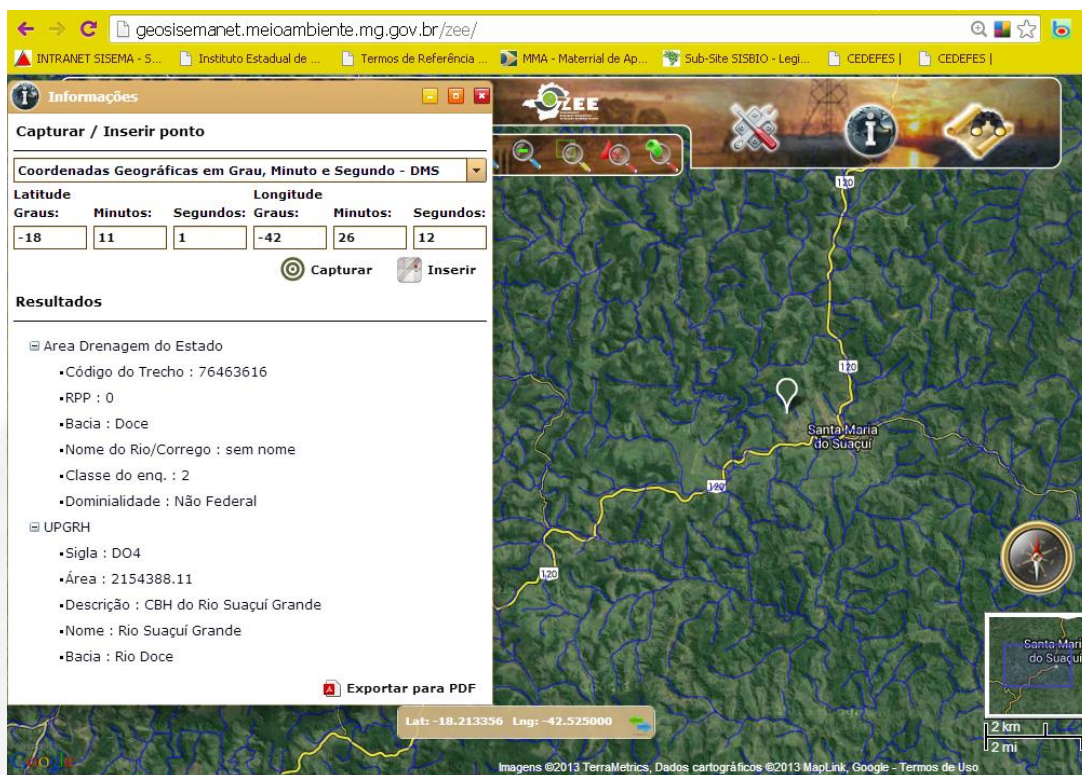


Figura 1: Localização do empreendimento.

Toda a atividade da empresa é voltada para o trabalho com eucalipto, sendo este a sua principal matéria-prima. Os principais produtos são: estacas para cercas (10.000 peças/mês), mourões para curral (200 peças/mês), caibros (500 peças/mês), linhas (100 peças/mês), postes (50 peças/mês), ripas (3.000 m²/mês), portas (20 unidades/mês), janelas (15 unidades /mês) e cancelas (70 unidades /mês).

A sua fonte são as áreas de reflorestamento de terceiros, e a madeira adquirida, é descascada e preparada de acordo com a demanda da empresa. O processamento médio mensal de madeira será de, aproximadamente, 533,33m³ (6.400m³/ano) e capacidade máxima mensal de 833,33m³ (10.000m³/ano).

O tratamento de madeira no interior da autoclave é feito utilizando o produto químico CCA – Arseniato de Cobre Cromatado (MADEPIL AC-40), preparado à base de Ácido Crômico, Óxido Cúprico e Pentóxido de Arsênio (24,4%). O CCA é um preservativo hidrossolúvel de ação fungicida e inseticida e é muito usado para o tratamento de madeiras em autoclave. Tal produto é classificado, quanto ao risco ambiental e toxicologia, como de alto risco e altamente tóxico, sendo altamente irritante e corrosivo, muito tóxico para organismos aquáticos, pássaros e animais



silvestres. O empreendedor apresentou a Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ, que deverá ser observada durante a operação do empreendimento.

O depósito de insumos químicos e preservativo possui estrutura coberta com piso impermeabilizado, e está instalado ao lado da bacia de contenção da autoclave. O reservatório de CCA possui capacidade de estocagem de 14.000 litros de solução. O tanque reservatório, com dimensões internas de 2.000mm x 7.000mm x 1.000mm, é construído em chapa de aço carbono ASTM A36, sobre berço tipo chassi, com boca de inspeção e visita, bocais de conexões para tubulações, sistema de agitação interno, visor de nível e ponto de coleta de amostras (foto 1).

Os principais insumos e matérias primas a serem utilizados no processo produtivo, respectivo consumo médio e máximo mensal são:

Tabela 2. Insumos e matérias primas utilizadas na produção.

Descrição	Consumo médio mensal	Consumo máximo mensal
CCA	750 litros	1.000 litros
Anti-racha	12.000 unidades	15.000 unidades
Água	93,75m ³	125m ³
Madeira	533,33m ³	833,33m ³

A área de produção conta com piso impermeabilizado dotado de canaletas de drenagem em todos os lugares que possam entrar em contato com o CCA. As canaletas são direcionadas para a bacia de contenção da autoclave. Todo o CCA será aproveitado. As eventuais perdas serão bombeadas, por bomba multifuncional, de volta ao reservatório para compor a solução preservativa e retornar ao processo.

O tratamento com CCA obedece três operações básicas: ajuste de concentração, estocagem de produto e tratamento da madeira na autoclave.

O fluxograma do processo produtivo do tratamento químico de madeira da empresa obedece às etapas abaixo:

1ª Etapa – Introduz a madeira, depois de seca, no cilindro de alta pressão (autoclave) através de vagonetas e fecha a porta. A pressão interna é igual a externa;

2ª Etapa – Inicia-se o vácuo inicial, com a finalidade de extrair o ar da autoclave e das cavidades celulares da madeira, a 560 mmHg, por 20 minutos;

3ª Etapa – Mantendo o vácuo, inicia-se o enchimento da autoclave com a solução preservativa, com ajuda do próprio vácuo existente dentro da autoclave;

4ª Etapa – Quando a autoclave está totalmente cheia com a madeira e solução preservativa, finaliza o vácuo inicial, dá-se à pressão de 12kgf/cm² até a saturação da madeira, entre 90 e 120 minutos de acordo com o tipo de madeira e a aplicação final do produto;

5ª Etapa – Finalizado a fase de pressão, a solução excedente é transferida para o tanque reservatório, esvaziando-se totalmente a autoclave;

6ª Etapa – Inicia-se o vácuo final da autoclave para a retirada do excesso de solução preservativa da superfície da madeira (18Kg/cm²) e direcionando a solução para o reservatório.



Ao sair da autoclave, a madeira ficará estocada no pátio da empresa em local com piso em concreto impermeabilizado até a sua completa secagem. O piso é dotado de canaletas ao seu redor de modo a direcionar o fluxo para dentro do fosso da autoclave, local protegido por dique de contenção e cobertura. Depois de seca, essa madeira é encaminhada para o pátio de estocagem até a sua expedição.

Trabalharão no empreendimento 14 (quatorze) funcionários, dentre eles encarregados, motorista e auxiliar administrativo. A empresa funcionará de 08h00 às 18h00, com intervalo de 2 (duas) horas para almoço.

A energia elétrica é fornecida pela CEMIG e a demanda de água é fornecida por poço manual (regularizado junto ao órgão ambiental).

3. Caracterização Ambiental

Geograficamente, o município de Santa Maria do Suaçuí está inserido na região leste de Minas Gerais, pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Doce e é banhada pelo Rio Ribeirão São Félix e o Rio Suaçuí Grande.

A geologia/geomorfologia da região é formada pelo Complexo Basal, Grupo Rio Doce. Este complexo é dividido em três unidades, todas com predominância de ortognaisses. Possuem um bandamento migmatítico irregular e descontínuo, de natureza tectônica/metamórfica, tem bandas milicentimétricas que se destacam pela granulação mais grossa e pela cor branca devida ao enriquecimento em minerais félsicos – minerais ricos em silício, oxigênio e potássio.

Na região há predominância do clima tropical de altitude com verão quente e chuvas, e inverno frio e seco, com temperaturas altas durante a maior parte do ano e chuvas mal distribuídas. A temperatura média máxima anual gira em torno de 29,6°C e no período mais frio a temperatura média mínima anual gira em torno de 18,2°C. O índice médio pluviométrico anual é de 1.113,8mm.

A região de Santa Maria do Suaçuí pertence à bacia Hidrográfica do rio doce, especificamente na Unidade de Planejamento DO4.

O município situa-se na região fitoecológica da Floresta Estacional Semidecidual. Atualmente o reconhecimento dessa formação vegetal se restringe às manchas isoladas, remanescentes dos processos de ocupação antrópica.

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

A água utilizada, para o consumo humano e industrial, é proveniente da captação por meio de um poço manual, localizado na porção oeste da área do empreendimento.

O poço manual possui coordenadas geográficas 18°10'34"W e 42°24'55"S, vazão de 1,0m³/h e tempo de bombeamento de 5horas/dia, apresentando consumo médio de 3,75m³/dia e máximo de 5,0m³/dia.

O uso do recurso hídrico é caracterizado como uso insignificante e encontra-se regularizado através do Certificado de Registro de Uso da Água – processo de



Cadastro de nº. 6787/2013, Protocolo: 392102/2013, para exploração de águas subterrâneas. Fica condicionada a apresentação da nova Certidão de Uso Insuficiente, conforme descrito no Anexo I.

5. Reserva Legal

A Reserva Florestal Legal (RFL), conforme Lei n.º 14.309/2002 e Decreto n.º 43.710/2004 é:

(...) uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, ressalvada a de Preservação Permanente, representativa do ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da área total da propriedade.

Os dados do FCEI informam que o empreendimento se localiza na área urbana do município de Santa Maria do Suaçuí/MG, sendo este fato confirmado com a vistoria de campo, sendo portanto dispensado da comprovação da Reserva Florestal Legal.

6. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

A Resolução CONAMA nº1 de 1986 define o Impacto Ambiental como:

(...)qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que, direta ou indiretamente, venham a afetar a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

As medidas mitigadoras buscam minimizar e/ou controlar os impactos negativos identificados a partir dos processos e tarefas a serem realizados nas diferentes fases do empreendimento, visando a aumentar sua viabilidade e sua adequação frente às restrições legais.

- **Efluentes líquidos:** Os efluentes líquidos industriais podem decorrer de vazamentos e respingos que podem surgir nas tubulações metálicas do equipamento, na abertura da porta da autoclave ao final do tratamento e das peças de madeira tratada, quando descansando dentro da autoclave ou no pátio, na área de secagem. Porém, todo o efluente eventualmente gerado é confinado no fosso de contenção, inclusive da área de secagem, que possui piso impermeabilizado e canaletas que direcionam o efluente para o fosso onde o equipamento é instalado, de onde é bombeado para o tanque de



estocagem, recirculando no processo, ou seja, não há geração de efluente líquido de origem industrial. O efluente sanitário será proveniente dos banheiros.

Medida mitigadora: Foi construído um sistema de tratamento de efluente sanitário composto de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro, dimensionado de acordo com a NBR 7229 (foto 2).

- **Resíduos sólidos:** Os resíduos sólidos gerados no empreendimento são: os resíduos de escritório, como papel, papelão, plástico e embalagens/bombonas vazios de CCA, conforme quadro abaixo (Quadro 01):

Resíduo			Taxa de geração no período (kg/mês)	Transportador	Empresa responsável pela destinação final	Forma de disposição final
Denominação	Origem	Classe				
Papel/ Papelão	Administrativo	II	03	Pref. Munic.	Pref. Munic.	Aterro
Plástico	Administrativo	II	05	Pref. Munic.	Pref. Munic.	Aterro
Tambores vazios de CCA	Produção	II	18	Dipil	Dipil	Devolvido fornecedor

Quadro 01: Resíduos sólidos que serão gerados no empreendimento

Foi observado que existe no local do empreendimento depósitos de resíduos sólidos com classificação de tipologia, contudo os mesmos não eram utilizados, haja vista o empreendimento não estar operando.

Medida(s) mitigadora(s): Execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e do Programa de Automonitoramento, no tocante aos resíduos sólidos, conforme condicionado no Anexo I.

- **Alteração dos níveis de pressão sonora:** Estará relacionada à movimentação das toras de madeira durante a operação do empreendimento e advindos da operação de serras circulares.

Medidas mitigadoras: Por tratar-se de empreendimento instalado em área urbana, deverá ser implantado Cortinamento Verde, conforme condicionado no Anexo I.

7. Programas e/ou Projetos

7.1. Projeto Técnico de Reconstituição da Flora

Este programa visa à reabilitação ambiental da área de preservação permanente inserida na área do empreendimento. A forma de reconstituição adotada será a recomposição, que consiste em plantar novas espécies de essências nativas de ocorrência natural na região do empreendimento e, posteriormente, a regeneração natural auxiliará no processo.



7.2. Programa de Educação Ambiental

Foi apresentado à SUPRAM LM o Programa de Educação Ambiental, a ser implantado na fase de operação do empreendimento, que terá como público alvo os funcionários da empresa e colaboradores de empresas de serviços terceirizados ou que de alguma forma se relacionam com o trabalho do empreendimento; após análise pela equipe técnica o programa foi considerado satisfatório ao seu objetivo.

7.3. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

O Programa, apresentado pelo empreendedor, visa estabelecer uma política de gestão dos resíduos sólidos gerados no processo produtivo da empresa. Além da implementação deste o empreendedor deverá realizar o “Programa de Automonitoramento” no tocante aos resíduos sólidos, que deverá ser realizado durante a fase de operação do empreendimento.

7.4. Implantação de Cortinamento Verde

Deverá ser implantado o cortinamento vegetal ao redor dos limites da propriedade em que encontra-se instalado o empreendimento com o objetivo principal de minimizar o impacto sonoro causado pela movimentação das toras e operação de serras circulares durante a operação de empreendimento. O cortinamento deverá ter início logo após a obtenção da Licença de Operação e ser executado com essências nativas de porte arbustivo.

8. Da Intervenção Ambiental

8.1. Da Intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)

Os dados trazidos no FCEI informam que parte do empreendimento encontra-se proposto em Área de Preservação Permanente (APP), para tanto, formalizou pedido de Intervenção Ambiental com fins de Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa – PA n.º 10889/2013, numa área de 0,2908 ha.

8.2. Da Compensação Florestal por intervenção em Área de Preservação Permanente (APP)

O art. 5º da Resolução CONAMA n.º 369/2006 que dispõe:

“Art. 5º - O órgão ambiental competente estabelecerá, previamente à emissão da autorização para a intervenção ou supressão de vegetação em APP, as medidas ecológicas, de caráter mitigador e compensatório, previstas no § 4º, do art. 4º, da Lei nº 4.771, de 1965, que deverão ser adotadas pelo requerente.
(...)”



§ 2º - As medidas de caráter compensatório de que trata este artigo consistem na efetiva **recuperação ou recomposição de APP** e deverão ocorrer na mesma sub-bacia hidrográfica, e prioritariamente:
I – na área de influência do empreendimento, ou
II – nas cabeceiras dos rios.” (g.n.)

Com base nos dados apresentados pelo empreendedor, tem-se a área de Compensação de 0,64 há. Foi apresentado pelo empreendedor proposta de compensação por intervenção ambiental. A área proposta se localiza na Fazenda Bom Sucesso, matrícula M-1685 registrada na Comarca de Santa Maria do Suaçui, coordenadas centrais X773500/Y79985 Fuso 23K, WGS84 de propriedade do Sr. Eustáquio de Oliveira. Na área será executado integralmente o PTRF anexo ao processo.

9. Cumprimento de Condicionantes

Abaixo é apresentado quadro com as condicionantes estabelecidas quando da emissão da Licença de Instalação Corretiva, LIC nº 002/2013, concedida na 96ª RO da URC COPAM Leste Mineiro, realizada no dia 17/09/2013, município de Governador Valadares/MG:

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Implantar Cortinamento Verde ao redor dos limites da propriedade, com a utilização de essências nativas de porte arbustivo. Apresentar relatório técnico-fotográfico à SUPRAM LM.	180 (cento e oitenta dias)
02	Implantar Projeto Técnico de Reconstituição de Flora. Utilizar essências nativas de ocorrência natural na região do empreendimento.	Durante a vigência da Licença de Instalação Corretiva (LIC)
03	Apresentar, para aprovação da SUPRAM LM, Programa de Educação Ambiental para funcionários e colaboradores.	Na formalização da Licença de Operação (LO)
05	Protocolar, junto à Gerência de Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas (IEF/GCA), solicitação para abertura de processo de cumprimento de Compensação Florestal, que contemple o mínimo de 0,6256ha, por intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), nos termos da Resolução CONAMA n.º 369/06, para deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade, órgão competente para tanto, de acordo com o inciso IX, art. 18 do Decreto Estadual n.º 44.667/07.	60 (sessenta) dias
06	Apresentar cópia do Termo de Compromisso da Compensação Florestal, devidamente assinado junto ao IEF/GCA, bem como a publicação de seu extrato.	60 (sessenta) dias após a publicação do extrato
07	Executar o “Programa de Automonitoramento”, no tocante aos Resíduos Sólidos e Oleosos descrito no Anexo II deste Parecer Único.	Durante a vigência da Licença de Instalação Corretiva (LIC)



Far-se-á descrição sucinta e objetiva do status quanto ao cumprimento de cada condicionante estabelecida.

1. A implantação do cortinamento verde ocorreu conforme pode ser visualizado a campo quando da vistoria (Relatório de Vistoria nº. 142/2015) em que observou-se as covas. Ocorre que, devido a fatores bióticos e abióticos relatados pelo empreendedor, o “pegamento” das mudas não ocorreu de forma satisfatória a atender o objetivo ao qual se propunha. Posto isso, solicitou-se ao empreendedor que elaborasse novo PTRF referente ao cortinamento arbóreo com espécies arbóreas nativas do bioma mata atlântica. Foi protocolado em 28/12/2015 o referido projeto, o qual mostrou-se satisfatório no que tange a técnica e cronograma de execução propostos para a implantação das mudas.
2. O PTRF referente a área de APP foi implantado, contudo, de forma análoga ao projeto do cortinamento arbóreo, não obteve-se sucesso no “pegamento” das mudas. Foi solicitado ao empreendedor que elaborasse novo PTRF referente a recuperação da vegetação nativa das áreas de preservação permanente com espécies arbóreas nativas do bioma mata atlântica. Foi protocolado em 28/12/2015 o referido projeto, o qual mostrou-se satisfatório no que tange a técnica e cronograma de execução propostos para a implantação das mudas.
3. Foi apresentado quando da formalização do processo da Licença de Operação o Programa de Educação Ambiental, o qual mostrou-se satisfatório após análise da equipe técnica da SUPRAM-LM.

Por erro de grafia na redação dos itens das condicionantes da LIC, suprimiu-se o numeral “4” indo diretamente para o “5”. A fim de manter a ordem correta, neste parecer sequencia-se de maneira correta as seis condicionantes estabelecidas.

4. Foi apresentado cópia do documento datado de 08/11/2013 no qual o empreendedor na figura de seu consultor, solicita abertura de processo de compensação ambiental junto ao IEF/GCA dentro do prazo estipulado na condicionante “5”.
5. Não foi possível apresentar tal extrato, uma vez que, os termos de compensação por intervenção em APP são emitidos pela SUPRAM-LM e não pelo IEF/GCA. Assim, o empreendedor apresentou nova proposta das compensações condicionadas sendo elaborado e firmado respectivo Termo De Compromisso De Compensação Florestal.



6. Não foi possível a execução do programa de automonitoramento haja vista que o empreendimento não realizou nenhuma atividade durante o período de vigência da LIC.

10. Controle Processual

Trata-se de pedido de Licença de Operação (LO) formulado por Luciano de Oliveira – ME para a atividade de tratamento químico para preservação da madeira (Cód. DN 74/04 n.º G-03-07-7) de 10000m³/ano em empreendimento localizado no município de Santa Maria do Suaçuí/MG.

As informações prestadas no Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento (FCEI) são de responsabilidade da consultora técnica da empresa, a Sra. Suzana Marques Claudino, conforme se verifica por meio do instrumento particular de procuração apresentado e cópia dos documentos pessoais (CNH).

Os dados contidos no FCEI informam que o empreendimento não se localiza no interior ou entorno de Unidade de Conservação; que demandará de uso de recurso hídrico e que não haverá necessidade de supressão/intervenção em vegetação nativa.

Registra-se que o empreendedor obteve na 96ª Reunião Ordinária da URC COPAM LESTE MINEIRO, ocorrida em 17/09/2013 a Licença de Instalação Corretiva (LIC) para o empreendimento cuja validade se estende até 17/09/2017 (Certificado de LIC n.º002/2013). Em 29/07/2014 o empreendedor formalizou o presente pedido de LO.

O requerimento de licença foi firmado pelo Sr. Luciano de Oliveira.

Consta no processo cópia digital e declaração devidamente assinada pelo procurador constituído, informando que se trata de cópia fiel dos documentos em meio físico, presentes no processo.

Juntou-se cópia do Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF) emitido em favor da empresa Luciano de Oliveira – ME; Certidão Simplificada Digital de 10/07/2014 a qual comprova-se a condição de microempresa do requerente; bem como, Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal (CTF) emitido em favor da Consultora Ambiental, a Sra. Suzana Marques Claudino.

O pedido de Licença de Operação (LO) consta publicado pelo empreendedor no Jornal Diário do Rio Doce com circulação no dia 17/07/2015 e, também, pelo COPAM, na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais (IOF/MG) de 01/12/2015 – Diário do Executivo – Caderno 01, p. 22. Juntou-se, também, cópia da publicação em jornal local/regional – Diário do Rio Doce de 29/07/2014, o qual consta a publicação da obtenção da LIC PA 09346/2012/001/2012 (Certificado de LIC n.º002/2013).

Conforme se verifica da Certidão n.º1165451/2015, emitida pela Supram/LM em 30/11/2015, o empreendimento não possui débito de natureza ambiental. Em consulta ao Sistema de Cadastro de Autos de Infrações (CAP) verificou-se a inexistência de autos de infração.

Os custos referentes ao pagamento dos emolumentos constam devidamente quitados, conforme se verifica por meio do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) apresentado. Os custos referentes à análise processual são dispensados tendo



em vista a condição de microempresa do requerente, conforme se verifica por meio da Certidão Simplificada Digital apresentada¹.

Dessa forma, o processo encontra-se devidamente formalizado e instruído com a documentação exigível, observadas as condicionantes elencadas ao final deste Parecer Único (PU).

11. Validade

Validade da Licença Ambiental: 06 (seis) anos.

12. Conclusão

A equipe interdisciplinar da Supram do Leste Mineiro sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação, para o empreendimento Luciano de Oliveira – ME, BONSUCESSO MADEIRA TRATADA, para a atividade de “Tratamento Químico para Preservação de Madeira”, no município de Santa Maria do Suaçuí, MG, pelo prazo de 06 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram do Leste Mineiro, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

13. Anexos

Anexo I. Condicionantes para Licença de Operação (LO) de Luciano de Oliveira - ME.

Anexo II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação (LO) de Luciano de Oliveira - ME.

Anexo III. Relatório Fotográfico de Luciano de Oliveira - ME.

.

¹ Art. 6º da Deliberação Normativa n.º 74/2004: Isentam-se do ônus da indenização dos custos de análise de licenciamento e de autorização de funcionamento as microempresas, as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e as unidades produtivas em regime de agricultura familiar, assim definidas, respectivamente, em lei estadual e federal, mediante apresentação de documento comprobatório atualizado emitido pelo órgão competente.



**ANEXO I. Condicionantes para Licença de Operação (LO) de Luciano de Oliveira
- ME | Bonsucesso Madeira Tratada**

Empreendedor: Luciano de Oliveira – ME
Empreendimento: Luciano de Oliveira - ME | Bonsucesso Madeira Tratada
CNPJ: 00.121.877/0001-30
Município: Santa Maria do Suaçuí
Atividade: Tratamento Químico para Preservação de Madeira
Código DN 74/04: G-03-07-7
Processo: 09346/2012/004/2014
Validade: 06 (seis) anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Implantar Cortinamento Verde ao redor dos limites da propriedade, com a utilização de essências nativas de porte arbustivo. Apresentar <u>anualmente</u> relatório técnico-fotográfico à SUPRAM LM.	180 (cento e oitenta) dias após a concessão da Licença de Operação (LO)
02	Implantar Projeto Técnico de Reconstituição de Flora – PTRF. Apresentar <u>semestralmente</u> relatório técnico de acompanhamento da implantação e manutenção do PTRF.	1 (um) ano após a concessão da Licença de Operação (LO)
03	Apresentar <u>anualmente</u> comprovação da execução do Programa de Educação Ambiental para funcionários e colaboradores, sob a forma de relatório fotográfico, acompanhado dos documentos comprobatórios (certificados, laudos, etc), acompanhado da ART (<u>original ou cópia autenticada</u>) do responsável técnico.	Durante a vigência da Licença de Operação (LO)
04	Executar o “ <i>Programa de Automonitoramento</i> ”, no tocante aos Resíduos Sólidos e Oleosos descrito no Anexo II deste Parecer Único.	Durante a vigência da Licença de Operação (LO)
05	Apresentar comprovante de destinação de resíduos sólidos domésticos para local adequado e regularizado.	Semestralmente
06	Apresentar comprovante de destinação adequada das embalagens de CCA.	Semestralmente
07	Apresentar cadastro do Instituto Estadual de Florestas – IEF de consumidor de madeira	60 (sessenta) dias
08	Apresentar a renovação da Certidão de Uso Insignificante do poço manual.	30 (trinta) dias após o vencimento

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.



ANEXO II. Programa de Automonitoramento da Licença de Operação (LO) de Luciano de Oliveira - ME.

1. Resíduos Sólidos e Oleosos

Enviar semestralmente a SUPRAM-LM, os relatórios de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados, contendo, no mínimo os dados do modelo abaixo, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final			Obs. (**)
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 (*)	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(*) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(**) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAM-LM, para verificação da necessidade de licenciamento específico.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendimento. Fica proibida a destinação dos resíduos Classe I, considerados como Resíduos Perigosos segundo a NBR 10.004/87, em lixões, bota-fora e/ou aterros sanitários, devendo o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos, que poderão ser solicitadas a qualquer momento para fins de fiscalização, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



ANEXO III. Relatório Fotográfico de Luciano de Oliveira - ME | Bonsucesso Madeira Tratada



Foto 01. Vista da autoclave e o fosso de coleta de CCA.



Foto 02. Detalhe local das fossas sépticas.



Foto 03. Detalhe do local de instalação da bacia de contenção, onde foi instalada a autoclave e canaletas.